

Oslo III S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Oslo III S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Oslo III S.A. (“Companhia”), em fase pré-operacional, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Oslo III S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 4 de março de 2022


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RS


Renato Vieira Lima
Contador
CRC nº 1 SP 257330/O-5

OSLO III S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL DA COMPANHIA, EM FASE PRÉ-OPERACIONAL, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	78	14	Fornecedores	9	11.608	1.072
Contas a receber	10	17.371	6.014	Impostos a recolher		7.052	132
Tributos a recuperar		33	-	- Salários e encargos sociais		352	-
Outros ativos	6	1.035	335	Financiamentos	11	3.488	-
Total do ativo circulante		<u>18.517</u>	<u>6.363</u>	Arrendamentos	12	<u>272</u>	-
				Total do passivo circulante		<u>22.772</u>	<u>1.204</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Aplicação financeira restrita	7	2.961	-	Financiamentos	11	73.398	-
Imobilizado	8	<u>220.839</u>	<u>112.465</u>	Provisão para remoção de imobilizado	8	10.130	-
Total do ativo não circulante		<u>223.800</u>	<u>112.465</u>	Arrendamentos	12	<u>590</u>	-
				Total do passivo não circulante		<u>84.118</u>	-
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	13	132.873	114.615
				Prejuízos acumulados		<u>(4.495)</u>	<u>(2.654)</u>
				Total do patrimônio líquido		128.378	111.961
				Adiantamento para futuro aumento de capital	13	<u>7.049</u>	<u>5.663</u>
				Total do patrimônio líquido e AFAC		<u>135.427</u>	<u>117.624</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>242.317</u>	<u>118.828</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>242.317</u>	<u>118.828</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OSLO III S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DA COMPANHIA, EM FASE PRÉ-OPERACIONAL,
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
DESPESAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	9	(2.641)	(2.354)
Outras (despesas) receitas		<u>183</u>	<u>-</u>
		(2.458)	(2.354)
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		<u>(2.458)</u>	<u>(2.354)</u>
Receitas financeiras		1.166	5
Despesas financeiras		(149)	(304)
RESULTADO FINANCEIRO	15	<u>1.017</u>	<u>(299)</u>
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(1.441)</u>	<u>(2.653)</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	16	(400)	(1)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u>(1.841)</u>	<u>(2.654)</u>
Prejuízo do exercício básico e diluído por ação do capital social - R\$		(0,139)	(0,232)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OSLO III S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DA COMPANHIA, EM FASE PRÉ-OPERACIONAL
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(1.841)	(2.654)
Outros componentes do resultado abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(1.841)</u>	<u>(2.654)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OSLO III S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA COMPANHIA, EM FASE PRÉ-OPERACIONAL
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Capital social	Prejuízos acumulados	Total de Patrimônio Líquido	Adiantamento para aumento de capital	Total de Patrimônio Líquido e AFAC
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2020		20	-	20	-	20
Prejuízo do exercício		-	(2.654)	(2.654)	-	(2.654)
Aumento de capital		114.595	-	114.595	-	114.595
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	5.663	5.663
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		<u>114.615</u>	<u>(2.654)</u>	<u>111.961</u>	<u>5.663</u>	<u>117.624</u>
Prejuízo do exercício		-	(1.841)	(1.841)	-	(1.841)
Aumento de capital	13(a)	18.258	-	18.258	-	18.258
Adiantamento para futuro aumento de capital	13(b)	-	-	-	1.386	1.386
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		<u>132.873</u>	<u>(4.495)</u>	<u>128.378</u>	<u>7.049</u>	<u>135.427</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OSLO III S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DA COMPANHIA, EM FASE PRÉ-OPERACIONAL,
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo antes dos tributos		(1.441)	(2.653)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício:			
Rendimento sobre aplicação financeira restrita	7	(55)	-
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber		(11.357)	(6.014)
Impostos a recuperar		(33)	-
Outros ativos		(699)	(335)
Fornecedores		10.536	1.072
Imposto e contribuição a pagar		6.730	132
Salários e encargos sociais		352	-
Imposto de renda e contribuição social pagos		(210)	(1)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais continuadas		<u>3.823</u>	<u>(7.799)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicação financeira a longo prazo	7	(2.906)	-
Aquisição de bens do imobilizado	8	<u>(92.771)</u>	<u>(112.465)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(95.677)</u>	<u>(112.465)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aporte de capital e AFACs recebidos	13	19.644	120.258
Captação de empréstimos e financiamentos	11	73.398	-
Custos de empréstimos a apropriar	11	<u>(1.125)</u>	<u>-</u>
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		91.918	120.258
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO (A) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>64</u>	<u>(6)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	14	20
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	78	14
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO (A) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>64</u>	<u>(6)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OSLO III S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA EM FASE PRÉ-OPERACIONAL PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Valores expressos em de reais - R\$)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Oslo III S.A. (“Companhia”), constituída em 25 de novembro de 2019, tem sede e foro na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, Rodovia José Carlos Daux, 5.500, Km 5, Sala 307, 3º andar, Pavimento Jurerê A, Saco Grande, onde serão realizadas apenas atividades administrativas. A Companhia possui 1 (uma) filial, onde funcionará seu núcleo operacional, situada no município de Uibaí, Estado da Bahia, na Fazenda Nova Olinda, s/n, Zona Rural.

A Companhia tem por objeto social a geração de energia elétrica, bem como o comércio atacadista da energia e a realização de serviços de apoio administrativo.

A Companhia é controlada pela Statkraft Energias Renováveis S.A. (“Controladora”).

A Companhia é uma sociedade anônima fechada com prazo indeterminado e foi constituída, juntamente com outras nove companhias, para viabilizar o projeto oriundo do leilão de Energia Nova do tipo A-6 de 18 de outubro de 2019, onde a Controladora sagrou-se vencedora com os projetos eólicos Ventos de Santa Eugênia e Serra de Mangabeira, com potência instalada de 420MW e 75,6MW, respectivamente. Os projetos vencedores tiveram parte da energia vendida às distribuidoras de energia elétrica. Ventos de Santa Eugênia assegurou a comercialização de 75,3 MW médios e Serra da Mangabeira teve 12,1 MW médios vendidos, com início de suprimento em 1º de janeiro de 2025, conforme as diretrizes do Ministério de Minas e Energia (MME). A previsão orçamentária estima investimentos no montante de R\$ 2,5 bilhões para o projeto e a construção encontra-se alinhada com o cronograma estabelecido para execução das obras.

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional, com construção iniciada em janeiro de 2021 e previsão estimada de término para abril de 2023. Durante essa fase, os recursos financeiros necessários à implementação do parque eólico serão supridos pela Controladora, mediante aportes de capital e recursos de terceiros captados via contratos de empréstimos com o BNB - Banco do Nordeste, conforme nota explicativa nº 11. Nesse período, o capital circulante da Companhia poderá apresentar variações e valor negativo, o que não representa, no entendimento da Companhia, risco de continuidade operacional.

A Companhia analisou os impactos do COVID-19 e não identificou quaisquer mudanças nas circunstâncias que indiquem impairment de ativos, descontinuidade operacional, nem que requeiram ajustes nas suas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2021. A Administração da Companhia tem analisado e tomado ações efetivas para preservar a integridade de suas pessoas e de seus ativos.

1.1. Capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apurou capital circulante líquido negativo de R\$4.255 (R\$5.159 de capital circulante líquido positivo em 31 de dezembro de 2020), sobretudo em decorrência das parcelas circulantes de financiamentos, as quais contemplam o período de 12 meses. A Administração da Companhia entende que os aportes de capital recebidos, gerarão caixa suficiente para fazer frente às suas obrigações durante a fase pré-operacional.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente no período apresentado.

2.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso das aplicações financeiras, é ajustado para refletir o valor justo, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 04 de março de 2022.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. Todas as informações foram apresentadas em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4. Outros ativos circulantes

São apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

2.5. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada.

O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo em separado, conforme apropriado, somente quando provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item, e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado quando das suas obsolescências. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

2.6. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano.

2.7. Financiamentos

Os financiamentos tomados são reconhecidos contabilmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os financiamentos tomados são apresentados pelo custo, líquido dos pagamentos realizados, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“pro rata temporis”).

Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.8. Provisões para riscos cíveis e fiscais

Estas estimativas são mensuradas com base em avaliação e qualificação dos riscos com probabilidade de perda provável. Estas avaliações são suportadas pelo julgamento dos seus assessores jurídicos e da Administração, considerando as jurisprudências e o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como outros aspectos aplicáveis.

2.9. Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. As despesas de imposto de renda e contribuição social do final do exercício compreendem os impostos correntes.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se alíquotas vigentes no final do exercício que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia se enquadra no regime do lucro presumido, portanto, conforme facultado pela legislação fiscal vigente, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente de prestação de serviços) e 100% das demais receitas, inclusive as financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

2.10. Custos de desmobilização do parque eólico

As provisões para desmobilização de ativos, são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (“*constructive obligation*”) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira a partir do início da operação.

2.11. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

2.12. Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

- CPC 06 (R2) (IFRS 16) – “Arrendamentos”: Em 28 de maio de 2020, o IASB alterou a norma IFRS 16 estabelecendo medidas práticas para arrendatários na contabilização de concessões de aluguel decorrentes de resultados diretamente relacionados à COVID-19. Tais alterações consideram que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada à COVID-19 é uma modificação de arrendamento, reconhecendo os efeitos da concessão de forma apropriada em cada caso. Estas tratativas devem ser aplicadas apenas se todas as condições a seguir forem atendidas:
 - a) A mudança nos pagamentos de arrendamento resulta na contraprestação revisada de arrendamento que é substancialmente a mesma que, ou menor que, a contraprestação de arrendamento imediatamente anterior à mudança.
 - b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 31 de dezembro de 2021.
 - c) Não há nenhuma mudança substantiva nos outros termos e condições do arrendamento.

Até o fechamento do exercício, o Grupo não teve alterações em seus contratos de arrendamentos que refletissem benefícios ou concessões decorrentes do COVID-19 e, portanto, não aplicou as alterações previstas na IFRS 16 (conforme emitidas pelo IASB em maio de 2020).

- CPC 48 (IFRS 9) – “Instrumentos Financeiros”: A norma foi revisada incluindo o termo ‘Reforma da taxa de juros de referência’ que se refere a uma taxa de juros de referência, reformada em todo o mercado, levando à necessidade de mudança na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais que geram os ativos e passivos financeiros ou instrumentos de “hedge”. A remensuração de ativos e passivos financeiros decorrente da alteração da taxa de juros de referência é exigida somente se ambas as condições forem atendidas:
 - A mudança é necessária como consequência direta da reforma da taxa de juros de referência.

- A nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente à base anterior (ou seja, a base imediatamente antes da mudança).

A Companhia não identificou alterações em taxas de juros de referência que impactem os fluxos de caixa que geram seus ativos e passivos financeiros até o fechamento do exercício.

- CPC 26 (R1) (IAS 1) – “Apresentação das Demonstrações Contábeis”: As alterações emitidas pelo IASB especificam os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:
 - a) O que significa um direito de postergar a liquidação.
 - b) Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório.
 - c) Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação.
 - d) Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência da Administração e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas contábeis das demonstrações financeiras anuais. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem grau elevado de julgamento e complexidade, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas abaixo.

a) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e análise de fluxos de caixa descontados.

A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

b) Custos de desmobilização dos parques eólicos

As principais atividades a serem concluídas no processo de desmontagem são a remoção de: (i) pás; (ii) eixo; (iii) motor; (iv) seções de torre de aço; e (v) painéis elétricos e outros.

Devido à falta de custos históricos de desmobilização no mercado (o segmento eólico no Brasil é bastante novo), bem como da própria empresa, foi necessário considerar os custos dos serviços de instalação para avaliar o custo do desmantelamento de usinas eólicas.

Para o custo de montagem de um parque eólico foi considerado o custo de mobilização, excluídos os juros capitalizáveis e submetidos à um percentual médio de desmobilização aplicado pelo Grupo Statkraft.

4. GESTÃO DE CAPITAL

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das empresas para oferecer retorno aos seus acionistas e outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal, adequada para tal fim.

As relações dívida líquida/patrimônio líquido podem ser verificadas conforme seguem:

	<u>31.12.2021</u>
Total do financiamento	76.886
(-) caixa e equivalentes de caixa	(78)
(-) aplicação financeira restrita	(2.961)
Dívida líquida	<u>73.847</u>
Total do patrimônio líquido	<u>128.378</u>
Índice de alavancagem financeira - %	57,52

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários em conta movimento ou aplicações financeiras de liquidação imediata.

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Contas bancárias em moeda funcional	26	2
Aplicações financeiras com liquidez imediata	52	12
	<u>78</u>	<u>14</u>

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários (CDB) e são remunerados a taxa média de 99,00% do CDI. São prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

6. OUTROS ATIVOS

O grupo de outros ativos pode ser assim representado:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Custos amortizáveis com financiamentos (*)	-	200
Despesas antecipadas com seguros	1.030	135
Outros ativos	5	-
	<u>1.035</u>	<u>335</u>

(*) O valor de custos amortizáveis com financiamentos apresentado para 31 de dezembro de 2020 corresponde aos custos incorridos para tomada da dívida e que são passíveis de amortização no decorrer da vigência dos empréstimos. O valor deve ser transferido para rubrica de empréstimos e financiamentos quando se iniciarem os desembolsos e terá sua amortização reconhecida pelo prazo do contrato.

7. APLICAÇÃO FINANCEIRA RESTRITA

Por força dos contratos de financiamentos firmados com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“BNB”) para o custeio das obras, a Companhia deve manter saldos em conta corrente remunerada, ou de aplicação financeira, denominada “conta reserva”, que visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o banco. As aplicações financeiras restritas são constituídas prévia e proporcionalmente a cada desembolso, mantido por todo o prazo do financiamento e possuem rentabilidade referenciada no CDI. As movimentações das aplicações financeiras restritas do ativo não circulante podem ser assim demonstradas:

Em 31 de dezembro de 2020	-
Aplicação	2.906
Rendimentos líquidos de impostos	55
Resgates	-
Em 31 de dezembro de 2021	<u>2.961</u>

8. IMOBILIZADO

A composição do grupo de ativo imobilizado pode ser assim apresentada:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Imobilizado em andamento (*)	205.245	112.465
Juros capitalizáveis	4.611	-
Custos para remoção de imobilizado	10.130	-
Arrendamentos (**)	853	-
	<u>220.839</u>	<u>112.465</u>

(*) Saldo composto substancialmente por turbinas eólicas, subestações e obras civis.

(**) A rubrica de arrendamentos corresponde à locação de veículos com a finalidade de suportar a construção das plantas e tem sua movimentação evidenciada na nota explicativa nº 12.

a) Custo de remoção de imobilizado

Os parques eólicos não estão sujeitos a devolução ao poder concedente e não há obrigação legal de remover os equipamentos do local onde estão instalados. Apesar disso, o departamento de desenvolvimento de negócios considera que a remoção da planta de energia do local instalado é necessária com o objetivo de retornar a área o máximo possível ao status original. Os gastos de desmobilização foram mensurados com base em estimativas e tem como base as informações disponíveis para os custos de desmontagem dos equipamentos e obras civis, inflacionados e descontados à taxa média de custo de capital de cada empreendimento, no valor de R\$10.130.

9. FORNECEDORES

O grupo de fornecedores é representado pela composição abaixo:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Fornecedores de mercadorias e serviços	7.508	108
Partes relacionadas	4.100	964
	<u>11.608</u>	<u>1.072</u>

10. PARTES RELACIONADAS

As operações são prestadas em condições específicas acordadas entre as partes. Os saldos patrimoniais são assim demonstrados:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
<u>Ativo Circulante</u>		
Contas a receber:		
Oslo I S.A. (i)	2.030	703
Oslo II S.A. (i)	1.127	390
Oslo IV S.A. (i)	2.482	859
Oslo V S.A. (i)	2.482	468
Oslo VI S.A. (i)	1.353	390
Oslo VIII S.A. (i)	1.127	625
Oslo IX S.A. (i)	1.806	859
Oslo X S.A. (i)	1.806	625
Serra da Mangabeira S.A. (i)	3.158	1.095
	<u>17.371</u>	<u>6.014</u>
<u>Passivo circulante</u>		
Fornecedores:		
Statkraft Energias Renováveis S.A. (ii)	3.969	804
Statkraft AS (iii)	131	160
	<u>4.100</u>	<u>964</u>

(i) Saldo a receber provenientes do rateio das aquisições de bens necessários para construção do parque eólico provido pela estrutura de condomínio para as empresas do projeto Ventos de Santa Eugênia ao qual a Companhia faz parte. O prazo de recebimento possui um ciclo de aproximadamente 30 dias.

(ii) Saldo a pagar composto pelo compartilhamento de custos administrativos.

(iii) Saldo a pagar referente à custos no desenvolvimento de projetos.

Os saldos de resultado são assim demonstrados:

Resultado

Custo da compra de energia elétrica		
Statkraft Energias Renováveis S.A	-	(568)
	<u>-</u>	<u>(568)</u>
Despesas gerais e administrativas		
Statkraft Energias Renováveis S.A	-	(408)
	<u>-</u>	<u>(408)</u>
		<u>(976)</u>

11. FINANCIAMENTOS

Para suportar a fase de construção do projeto eólico, a Companhia celebrou contrato de financiamento junto ao BNB – Banco do Nordeste no montante de R\$161.857. O contrato possui carência de 3 anos com juros capitalizados, prazo para pagamento de 24 anos e cláusula de desembolso. O custo médio dessa captação é de 1,3004% a.a. adicionado ao IPCA. O financiamento prevê recebimento no sistema de desembolso conforme atingimento das condições precedentes previstas em contrato e não possui covenants financeiros. O contrato de financiamento determina a apresentação de fiança bancária em favor do banco previamente ao desembolso a cada liberação de recursos do crédito e, depois que o empreendimento entrar em operação, prevê a possibilidade de a Companhia pleitear a baixa das fianças em substituição à outras garantias reais.

A movimentação do financiamento pode ser assim demonstrada:

Em 31 de dezembro de 2020	-
Captação de financiamentos	73.398
Custos e encargos a apropriar	(1.123)
Encargos financeiros capitalizados	4.611
Em 31 de dezembro de 2021	<u>76.886</u>

Abaixo é apresentado o fluxo de vencimento das parcelas apresentadas no longo prazo:

Em 31 de dezembro de 2021	2023	2024	2025	2026	Após 2026	Total
Financiamento de obras -						
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	<u>-</u>	<u>1.403</u>	<u>1.727</u>	<u>2.232</u>	<u>68.036</u>	<u>73.398</u>

12. ARRENDAMENTOS

A Companhia possui contratos de locação de veículos. Esses contratos são classificados como arrendamento mercantil operacional e seus valores mínimos são reajustados anualmente, conforme índices de inflação previstos em contrato.

Conforme levantamento e análise dos contratos considerados no escopo da norma (CPC 06(R2)), a Companhia considerou o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo de

arrendamento. A mensuração dos passivos de arrendamento compreende o fluxo futuro dos pagamentos mínimos de aluguel trazidos a valor presente pela taxa real de desconto. Tal taxa de desconto corresponde à taxa incremental sobre os empréstimos da cada empresa com base no prazo médio de cada contrato de arrendamento.

Em 31 de dezembro de 2021, os passivos de arrendamentos estão representados na rubrica de “Arrendamentos” do balanço patrimonial e são devidos como segue:

	<u>31.12.2021</u>
Menos de 1 ano	272
Entre 2 e 5 anos	<u>709</u>
Total dos pagamentos mínimos	981
Encargos financeiros futuros	<u>(119)</u>
Valor presente dos pagamentos mínimos	<u>862</u>
Apresentados como:	
Circulante	272
Não circulante	590

A mensuração inicial do ativo de direito de uso, corresponde ao mesmo valor do passivo de arrendamento e é reconhecido ao valor presente. Os saldos estão representados na rubrica de imobilizado do balanço patrimonial e em nota explicativa nº 8 e podem ser apresentados conforme abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	-
Adições	952
Amortização	<u>(99)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u><u>853</u></u>

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 132.873.500 ações ordinárias nominativas (114.615.500 ações em 31 de dezembro de 2020), no valor de R\$1 (um real), detidas em sua totalidade pela sua controladora Statkraft Energias Renováveis S.A.

Em 7 de maio de 2020 a acionista anterior Ventos de Santa Eugênia Energias Renováveis S.A. cedeu 100% de suas ações para Statkraft Energias Renováveis S.A. conforme assembleia geral extraordinária celebrada na mesma data.

No decorrer do exercício, a Companhia recebeu o total de R\$18.258, em forma de aporte de capital da sua controladora Statkraft Energias Renováveis S.A., com a emissão de 18.258.000 ações ordinárias.

b) Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui o saldo de R\$7.049 (R\$ 5.663 em 31 de dezembro de 2020) representado por adiantamentos para futuro aumento de capital recebidos pela sua controladora Statkraft Energias Renováveis S.A., conforme previsto em contrato específico celebrado entre as empresas, o qual foi capitalizado em 13 de janeiro de 2022. (Vide nota explicativa nº 21).

14. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Serviços de terceiros	(1.568)	(571)
Serviços tomados de partes relacionadas (*)	-	(520)
Salários e encargos sociais	(436)	-
Propaganda e publicidade	(19)	-
Viagens e estadias	(54)	(120)
Estudos em desenvolvimento	(69)	(42)
Impostos e taxas	(151)	(1.079)
Seguros fianças e comissões	(294)	(20)
Outros	(50)	(2)
	<u>(2.641)</u>	<u>(2.354)</u>

(*) O saldo apresentado em 31 de dezembro de 2020, refere-se a despesas administrativas com partes relacionadas incorridas anteriormente a principal decisão de investimento do projeto realizada pela administração da Companhia.

15. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	1.138	1
Variação cambial ativa	28	4
	<u>1.166</u>	<u>5</u>
Despesas financeiras		
Taxas incorridas sobre financiamentos	(3)	(303)
Variação cambial passiva	(29)	-
Juros sobre arrendamentos	(27)	-
Outras despesas financeiras	(90)	(1)
	<u>(149)</u>	<u>(304)</u>
	1.017	(299)

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Para fins de apuração de impostos a empresa optou pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidentes sobre o resultado tributável.

A apuração de IRPJ e CSLL pode ser assim apresentada:

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Base de cálculo presumido	-	-	-	-
Presunção do lucro tributável - %	8%	8%	12%	12%
IRPJ e CSLL	-	-	-	-
Outras receitas	1.226	-	1.226	-
Base de Cálculo	1.226	-	1.226	-
Alíquotas aplicáveis - %	25%	25%	9%	9%
Total	<u>(307)</u>	<u>-</u>	<u>(110)</u>	<u>-</u>
Outros efeitos em tributos	17	(1)		-
Dedução adicional IRPJ		-		-
IRPJ e CSLL no resultado	<u>(290)</u>	<u>(1)</u>	<u>(110)</u>	<u>-</u>

17. SEGUROS

A Companhia possui seguro de risco de engenharia e responsabilidade civil sobre as obras em apólice conjunta com as demais empresas do projeto Ventos de Santa Eugênia. A cobertura do seguro compreende o reembolso dos dispêndios incorridos na reparação de danos sobre atividades em conexão com o desenho, construção, instalação, montagem e/ou comissionamento, testes e todos os demais serviços relativos ao projeto. Os danos materiais são indenizáveis no limite de R\$2.100.000 e a apólice tem vigência de 1 de janeiro de 2021 à 23 de junho de 2023.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

18.1. Instrumentos financeiros por categoria

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado:		
Caixa e equivalentes de caixa	78	14
Aplicação financeira restrita	2.961	-
	<u>3.039</u>	<u>14</u>
Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado:		
Contas a receber	17.371	6.014
	<u>17.371</u>	<u>6.014</u>
Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado:		
Fornecedores	11.608	1.072
Financiamentos	76.886	-
	<u>88.494</u>	<u>1.072</u>

18.2. Fatores de risco financeiro

A gestão de risco é realizada pela tesouraria do Grupo Statkraft, segundo ainda as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco global bem como para áreas específicas como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos, e investimento de excedentes de caixa.

a) Risco de vencimento antecipado do financiamento

Risco proveniente do descumprimento de cláusula contratual restritiva, presente no contrato de financiamento da Companhia, a qual, em geral, requer a manutenção das condições precedentes previstas em contrato. A Administração monitora regularmente estas condições precedentes, com o objetivo de tomar as ações necessárias para garantir que os contratos de financiamentos não tenham seu vencimento antecipado.

b) Análise de sensibilidade

A seguir, quadro ilustrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os efeitos sobre as variações monetárias, bem como sobre as despesas financeiras apuradas sobre o cenário projetado para 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, caso tais variações nos componentes dos riscos identificados ocorressem.

Simplificações financeiras foram efetuadas no isolamento da variabilidade do fator de risco em análise. Como consequência, as estimativas apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser apurados nas próximas demonstrações financeiras do exercício. O uso de diferentes hipóteses e/ou metodologias pode gerar um efeito material sobre as estimativas apresentadas a seguir.

Metodologia utilizada

A partir dos saldos dos valores expostos, conforme demonstrado na tabela a seguir e assumindo que os mesmos se mantenham constantes, apurou-se o diferencial de juros para cada um dos cenários projetados.

Na avaliação dos valores expostos ao risco de taxa de juros, consideramos apenas os riscos para as informações financeiras, ou seja, foram isolados e excluídos os fatores de juros prefixados por não apresentarem riscos às demonstrações financeiras do exercício por conta de variações nos cenários econômicos.

O cenário provável está baseado nas expectativas da Companhia, que por sua vez estão em linha com as projeções demonstradas no relatório Banco Santander S.A., na data de 14 de janeiro de 2022, para cada uma das variáveis indicadas. As taxas de juros estão em linha com as projeções demonstradas no relatório Focus do Banco Central do Brasil - BACEN, na data de 31 de dezembro de 2021. Adicionalmente, as variações positivas e negativas de 25% e 50% foram aplicadas sobre as taxas projetadas para 31 de dezembro de 2021.

Fator de risco para mudança na taxa de juros

	Fator de risco	Valores expostos em 2021	Valores expostos em 2020	-50%	-25%	Cenário provável	25%	50%
Aplicações financeiras	CDI	52	12	2	4	5	6	7
Aplicações financeiras restritas	CDI	2.961	-	138	207	275	344	413
Empréstimos e financiamentos	IPCA	(76.886)	-	(4.021)	(6.032)	(8.042)	(10.053)	(12.063)
Impacto líquido	CDI	3.013	12	140	210	280	350	420
Impacto líquido	IPCA	(76.886)	-	(4.021)	(6.032)	(8.042)	(10.053)	(12.063)
Taxas consideradas - % ao ano	CDI	9,30%	2,15%	4,65%	6,98%	9,30%	11,63%	13,95%
Taxas consideradas - % ao ano	TJLP	4,80%	4,92%	2,40%	3,60%	4,80%	6,00%	7,20%
Taxas consideradas - % ao ano	IPCA	10,46%	3,78%	5,23%	7,85%	10,46%	13,08%	15,69%

19. PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E FISCAIS

A Companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada.

Os valores avaliados com risco possível de desembolso, não tem provisão contábil, sendo apenas mencionados em nota explicativa.

A Companhia possui valor referente à perdas com riscos possíveis em processos fiscais no montante de R\$5.931 em 31 de dezembro de 2021.

Não foram identificados riscos avaliados com probabilidade provável para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

20. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante o exercício de 2021, a Companhia realizou as seguintes atividades de investimento não envolvendo caixa, não estando, portanto, refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

- A Companhia reconheceu a provisão para desmobilização no ativo imobilizado, conforme mencionado na nota explicativa nº 8, com contrapartida no passivo não circulante.
- Foi reconhecido o montante de R\$4.611 no ativo imobilizado referente à juros capitalizados sobre os financiamentos vinculados à construção da usina, com contrapartida na rubrica de financiamentos do passivo circulante.

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 13 de janeiro de 2022, a Companhia aumentou seu capital por meio da conversão do montante de R\$7.049 referente ao adiantamento para futuro aumento de capital em capital integralizado conforme deliberação em AGE.

Até a data da emissão desta demonstração financeira foi recebido o montante de R\$41.216 em forma de adiantamento para futuro aumento de capital de sua controladora Statkraft Energias Renováveis S.A. com a principal finalidade de realizar as aquisições de bens e serviços necessários para suportar a fase de construção da usina. Este mesmo montante foi convertido em aumento de capital na data de 4 de fevereiro de 2022, conforme deliberação em AGE.